

Economia

INFRAESTRUTURA

Energia solar fica mais vantajosa na Capital

Tempo do retorno de investimento em painéis fotovoltaicos diminui em Porto Alegre, segundo índice da Comerc

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

A implantação de sistemas fotovoltaicos para reduzir a conta de luz, com a evolução desse mercado e o amadurecimento da cadeia de fornecedores, é uma alternativa que cada vez fica mais atraente no Brasil. Particularmente em Porto Alegre, os projetos dessa natureza tiveram uma expressiva queda no payback (retorno de investimento devido ao que se deixa de pagar para a concessionária de energia), conforme o Índice Comerc Solar, realizado pela gestora de energia Comerc.

De acordo com o levantamento, o payback médio para um sistema fotovoltaico em uma residência na capital gaúcha caiu de 4,75 anos, em 2018, para 3,49 anos em 2019. Em relação ao retorno em soluções solares implementadas em comércios e pequenas indústrias, o prazo passou de 7,59 anos para 5,58 anos. Atualmente, Porto Alegre ocupa a 16ª posição no ranking das capitais quanto aos melhores paybacks de sistemas solares

para residências (Rio de Janeiro lidera com um retorno estimado em 2,7 anos). Quanto ao ranking relativo a comércios e pequenas indústrias, o município gaúcho encontra-se na 12ª posição, e a liderança cabe a Manaus, com 4,53 anos.

O diretor da Comerc Esco Marcel Haratz detalha que a redução do payback está diretamente ligada à diminuição do custo da instalação de um sistema fotovoltaico. Há um pouco mais de três anos, o executivo comenta que os valores cobrados eram mais do que o dobro dos praticados hoje no mercado. O dirigente informa que, em média, uma casa com quatro quartos, com um consumo entre 300 kWh e 400 kWh ao mês, implicaria um investimento de R\$ 30 mil a R\$ 40 mil para implementar um sistema que satisfaça sua necessidade de eletricidade.

O tempo do retorno do investimento também depende de qual é a tarifa de energia cobrada pela concessionária local. Quanto mais elevado for esse valor e melhores as condições de irradiações solares, mais atrati-

va fica a adoção da geração fotovoltaica. Apesar da ressaltada competitividade da energia solar verificada no momento, esse cenário pode mudar em breve. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está discutindo alterações nas regras da geração distribuída (produção de eletricidade para satisfazer o consumo próprio, normalmente feita através de painéis fotovoltaicos).

“Essa modificação regulatória, que está prevista, vai reduzir o valor dos créditos de energia”, resume Haratz. Hoje, quem instala um sistema fotovoltaico pode receber 100% da energia excedente que joga na rede elétrica em créditos da sua concessionária. Esses créditos são usufruídos quando o cliente usa a energia fornecida pela distribuidora, não precisando desembolsar dinheiro para pagar por esse consumo.

Com as mudanças das normas sendo confirmadas, o payback dos sistemas fotovoltaicos deve aumentar. A alteração, em princípio, deve vigorar a partir do próximo ano. O diretor da Siclo Consultoria em Energia, Paulo Milano, aconse-



EPI ENERGIA PROJETOS E INVESTIMENTOS/DIVULGAÇÃO/JC

Utilização residencial dos sistemas está ganhando mais usuários

lha o consumidor que quiser migrar para a geração distribuída a se apressar. O consultor frisa que a perspectiva é que os contratos firmados ainda neste ano não sofram alterações mesmo com as modificações que devem ocorrer nas regras da geração distribuída. Milano adianta que as novas normas do setor podem refrear o mercado de energia solar no País. No entanto, o diretor da Siclo também admite que as

regras atuais não são as ideais para as distribuidoras (que reclamam que esse modelo não representa uma remuneração adequada da rede), sendo necessária uma revisão. Uma questão que está sendo sugerida por agentes do setor elétrico, comenta Milano, é o estabelecimento de um maior prazo de transição. Ao invés da mudança vigorar a partir de 2020, as alterações valeriam em 2021.

Petrobras questiona distribuidoras sobre preço cobrado pelo gás de botijão

A Petrobras questionou, nesta quinta-feira, dados do Sindigás (sindicato que representa as distribuidoras de gás de botijão) sobre preços do gás de cozinha comercializado no País, negando que venda o produto para uso residencial a valores acima das cotações internacionais.

A polêmica evidencia as divergências sobre a melhor referência para os preços do GLP (gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha) para o mercado brasileiro. Enquanto a Petrobras precifica o produto pelo mercado europeu, ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) e distribuidoras

utilizam o norte-americano.

Na quarta-feira, o Sindigás havia afirmado que a empresa vem vendendo o gás destinado a botijões de 13 quilos a valores superiores aos internacionais desde novembro, quando realizou reajuste de 8,5% no preço do produto. A Petrobras afirma que “o preço atualmente praticado na venda de GLP para uso residencial não está acima de seu preço de paridade de importação”.

Segundo a empresa, sua política de preços considera a média das cotações no mercado europeu, acrescida de margem de 5%. Além disso, diz a nota, o conceito de paridade de importa-

ção inclui o frete e os custos de internação do produto. “O frete marítimo, no caso do GLP, corresponde a uma parcela relevante do PPI (preço de paridade de importação)”, afirma.

O Sindigás diz que usa dados da ANP. Na segunda semana de maio, a agência considerava a paridade de importação em R\$ 20,75 em Suape, principal porto de entrada do combustível.

Entre fevereiro e o início de maio, a Petrobras vendeu o gás para botijões de 13 quilos a R\$ 25,33 por quilo. A partir do dia 5 de maio, o preço foi reajustado para R\$ 26,20. ANP e Sindigás usam em seus cálculos as

cotações Mont Belvieu, usadas referências no mercado norte-americano e por países importadores nas Américas. Mont Belvieu é uma cidade no Texas que tem grande capacidade de armazenamento de líquidos de gás.

A Petrobras usa referência conhecida como ARA (Amsterdã, Roterdã e Antuérpia) em sua política de preços para o GLP, implementada em junho de 2017. As importações geralmente são feitas a preço norte-americano, que geralmente é mais barato.

Considerando os preços Mont Belvieu, o Sindigás diz que o preço médio do gás vendido para botijões de 13 quilos foi de R\$ 2,01

por quilo em abril, enquanto a paridade de importação era equivalente a R\$ 1,89 por quilo. No caso do gás para outros vasilhames, o preço local era ainda superior, R\$ 2,28 por quilo em abril.

Os reajustes no preço do GLP são trimestrais e consideram preços diferentes para diferentes tipos de uso. Mais consumido em residências, o GLP vendido para botijões de 13 quilos é mais barato. A diferença foi estabelecida em 2002, após um período de alta que levou o então candidato à presidência José Serra (PSDB) a criticar publicamente a Petrobras por efeitos negativos em sua campanha.

UNICRED

Collection

ACUMULE CHANCES DE COLECIONAR MOMENTOS INESQUECÍVEIS.

VOCÊ PODE SER CONTEMPLADO COM:

- GOLD INVESTMENT¹
- GIFT CARD²
- UNICRED ADVENTURE³
- DESIGN E SOFISTICAÇÃO⁴

PARA COLECIONAR ESSES MOMENTOS, FALE COM O SEU GERENTE OU ACESSE [UNICRED.COM.BR/CENTRALRS/PROMOCAO](http://unicred.com.br/centralrs/promocao)

UNICRED

* Consulte o regulamento completo em www.unicred.com.br/centralrs/promocao. Certificado de autorização SEAE nº 04.000907/2019. Imagens meramente ilustrativas.